

Câmara começa a discutir reforma administrativa

Enquanto isso, Receita segue em greve, sem resposta

Por Gabriela Gallo

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), instalou nesta quinta-feira (29) o Grupo de Trabalho (GT) que vai discutir a reforma administrativa, que visa debater e elaborar mudanças para aperfeiçoar a administração pública. O Ato da Presidência foi publicado na noite desta quarta-feira (28), mas divulgado nesta quinta. A notícia da criação do GT foi noticiada na última semana, logo após o plenário da Câmara dos Deputados aprovar o projeto de lei que reestruturará carreiras do funcionalismo público do poder Executivo (PL 1466/2025). O projeto foi aprovado pelo Senado nesta quarta-feira e segue para sanção presidencial.

Apesar de o Congresso Nacional ter aprovado um projeto oriundo do Poder Executivo que reestrutura o funcionalismo público, uma série de medidas ficaram de fora. Dentre elas, questões como progressão funcional e reenquadramento de carreiras, além de também alterar regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreiras (Sidec). Ao anunciar a criação do grupo de trabalho, Hugo Motta declarou que a medida visa tornar a máquina do Estado mais eficiente e cortar gastos vindas do funcionalismo público.

O Grupo de Trabalho é formado por 14 deputados federais, um de cada partido, e será coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). Os parlamentares terão 45 dias para concluir seus trabalhos, que passam a contar a partir da publicação do ato, na quarta-feira.



Pedro Paulo coordenará o GT da Reforma Administrativa

Em entrevista à revista *Veja* nesta quarta-feira, o deputado Pedro Paulo destacou não serão reduzidos direitos de servidores públicos, tampouco será revista a estabilidade que o serviço público oferece, independente de qual esfera do poder. Todavia, ele destacou que os parlamentares devem discutir “penduricalhos” do setor, como os chamados supersalários.

“A reforma administrativa não pode ter como meta ajuste fiscal, mas ela pode, sim, produzir melhoria da alocação do gasto, redução da despesa, mas não podemos colocá-la como objetivo. Então esses dois temas: os direitos de servidores (estabilidade) e essa panaceia de que a reforma administrativa tem que ser prioritariamente um ajuste fiscal, a gente já desenterditada bastante esse debate. Para que a gente possa focar no que é o principal: ‘Como o Estado brasileiro, como o serviço público pode funcionar muito mais?’”, completou o relator.

Receita

Paralelamente à atuação do Grupo de Trabalho, os servidores da Receita Federal seguem em greve, que já dura mais de 180 dias. Nesta terça-feira (27), analistas tributários da Receita Federal reforçaram que continuarão paralisados após a categoria não ter chegado a um acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Na última semana, representantes do MGI se reuniram com os sindicatos dos Analistas Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) e dos Analistas Tributários da Receita Federal (Sindireceita) para tratar das reivindicações dos servidores – reestruturação de carreira e reajuste de 9% para junho deste ano e 9,2% para abril de 2026 para servidores ativos e aposentados, segundo o Sindireceita.

De acordo com o presidente do Sindireceita, Thales Freitas, as propostas do MGI são muito aquém do reajuste necessário

para a recomposição das perdas inflacionárias da categoria. Dentre os pontos, ele destacou que as sugestões não contemplavam da mesma forma funcionários aposentados, além de não contemplarem os analistas tributários que ingressaram no último concurso.

“A concessão de um reajuste igual para todos os Analistas-Tributários é um ponto inegociável”, afirmou Thales.

Questionado pelo *Correio da Manhã* sobre o PL da reestruturação de carreira, o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal confirmou que, como o Congresso Nacional já encaminhou o PL 1466 para sanção presidencial, “não tem mais o que fazer” para acrescentar a categoria no projeto.

Dessa forma, caso as negociações com o Ministério de Gestão e Inovação avancem se chegue a um acordo, será necessário o envio de um novo projeto específico ou uma medida provisória.

Governo espera ressarcir vítimas do INSS até final do ano

Por Karoline Cavalcante

A expectativa do governo federal é concluir o ressarcimento das vítimas das fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) antes do prazo previsto. O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, afirmou nesta quinta-feira (29) que a intenção é finalizar o processo de devolução antes do final de 2025. A declaração foi dada em entrevista ao programa “Bom Dia, Ministro”, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A declaração de Queiroz foi uma resposta à fala do presidente do INSS, Gilberto Waller, que, na terça-feira (27), havia estipulado o dia 31 de dezembro deste ano como a data limite para concluir o ressarcimento.

“Eu espero que a gente bem antes consiga isso, porque foi um pedido do presidente da República. Ele pediu que a gente fosse rápido, implacável na busca dos culpados, me pediu acolhimento, cuidado com os aposentados, para que nenhum deles fique no prejuízo”, destacou o ministro.

“Joio do trigo”

Queiroz também revelou que o próximo passo será realizar uma rigorosa análise das entidades associativas que cobram e prestam serviços para aposentados. O ministro afirmou que, embora reconheça a



Wolney: governo fará busca de descontos irregulares

importância dessas entidades, a intenção é preservar apenas aquelas que realmente prestam serviços de qualidade.

“Vamos fazer uma checagem de todas essas associações, como elas se comportam, como elas trabalham. Ao final de tudo, nós vamos separar o joio do trigo e vamos ficar com o trigo. São as associações que efetivamente existem, que efetivamente prestam serviço aos aposentados, porque há essas associações. Há associações que têm 60 anos, 40 anos, e que são amplamente conhecidas aos aposentados”, afirmou Queiroz. Apesar das descobertas re-

centes de fraudes, o ministro acredita que, em alguns casos, o desconto automático na folha de pagamento pode ser benéfico para os aposentados. Como exemplo, ele citou os empréstimos consignados. “Em alguns momentos, o desconto em folha é saudável para o aposentado. Por exemplo, no crédito consignado, ele faz o desconto. Recebe o valor de um empréstimo e devolve. Ele paga aquilo no final do mês, já descontado na folha”, explicou.

Cuidado com golpes

Ele anunciou ainda que o governo está preparando a rea-

lização de uma busca ativa das vítimas dos descontos irregulares para além dos canais tradicionais. Essa medida busca atender aqueles que não têm acesso às plataformas já disponibilizadas, como a população ribeirinha, que vive sem energia elétrica e internet. Para as comunidades que vivem em unidades flutuantes, inclusive, o suporte será feito por meio de barcos do órgão.

Queiroz alertou, porém, para o risco de golpistas se passando por representantes do INSS e explicou que o contato da autarquia não é feito por telefone ou e-mail. “Por isso, temos de fazer tudo com cuidado, porque, se citarmos qualquer coisa que o INSS vai fazer, rapidamente chega um fraudador dizendo que é do INSS”, complementou reafirmando a necessidade de se atentar aos canais oficiais — O site “O Meu INSS”, as centrais de atendimento do Ministério da Previdência Social e o Disque 135.

Enquanto isso, o Planalto tenta evitar que o caso ganhe mais repercussão do que já teve. Parlamentares do campo oposicionista seguem pedindo pela abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as fraudes no INSS.

Na última terça-feira (27), o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) defendeu a instalação do colegiado durante propaganda eleitoral do seu partido.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Presidente da Câmara quer diminuir benefícios

Haddad e Motta foram contra redução de isenções

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), têm dito que são favoráveis à redução de incentivos fiscais mas, em dezembro, foram contra projeto que previa redução gradual dessas isenções.

Na tramitação do projeto do corte de gastos do governo, o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE)

apresentou uma emenda que previa um corte gradual de incentivos fiscais entre 2026 e 2031, quando a redução chegaria a 10%.

Motta foi um dos 385 deputados que votaram contra a medida (apenas 59 foram favoráveis).

Segundo Benevides Filho, Haddad mandou lhe dizer que era contra. “Ele foi frouxo”, resume o parlamentar, ex-secretário de Planejamento do Ceará.

Todos juntos

De acordo com o deputado, a posição de Haddad fez com que o PT ficasse contra a emenda — dos 64 deputados do partido que votaram, 59 marcaram “Não”. Dos 77 votos do PL, apenas um foi a favor. O Centrão também foi quase unânime na manutenção das isenções.

Pressão

Defensor da livre iniciativa, o Novo engrossou o coro dos que têm o direito de não pagar impostos: seus quatro deputados foram contra a emenda. Votaram em bloco a favor o PDT e o Psol. “Haddad disse que houve muita pressão de empresários”, diz Benevides Filho.



Benevides Filho propôs redução gradual de benefícios

Em 2025, gasto tributário deve chegar a R\$ 540 bi

Na justificativa de sua emenda — apresentada juntamente com o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) — Benevides Filho ressaltou que, para 2025, o gasto tributário (as isenções) chegaria a R\$ 540 bilhões (4,4% do PIB).

Ontem, ao defender um recuo do governo em relação ao aumento em alíquotas do IOF, Motta

também propôs redução de isenções fiscais.

Afirmou que esses benefícios tributários são um passivo de governos anteriores e chegaram ao limite da capacidade do país.

Também falou na necessidade de reforma administrativa e a desvinculação de receitas (gastos obrigatórios com determinados setores).

Simples assim

Na tabela apresentada, os deputados mostraram que os maiores benefícios fiscais eram concedidos a inscritos no Simples (22,3%), empresas do agronegócio (15,3%), rendimentos isentos e não tributáveis de pessoas físicas (10,5%) e entidades sem fins lucrativos (8,4%)

Parado

Em julho de 2023, o Senado aprovou projeto de Esperidião Amin (PP-SC) que estabelecia normas para concessão e renovação de incentivos fiscais, que teriam prazo inicial de cinco anos. O projeto seguiu para a Câmara, foi apensado a outras propostas, e está por lá.

Aposta

Relator do projeto que limita publicidade de bets, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) diz que, apesar da chiadeira de clubes, a proposta poderá até aumentar suas receitas de patrocínio. Isto, devido à restrição de veiculação de anúncios. O projeto foi aprovado pelo Senado.

Compensação

“Já que não dava para proibir tudo, preferi restringir a publicidade e manter o patrocínio, que é mais duradouro”, frisa. A proposta, que foi para a Câmara, restringe exibição de marcas em estádios, mas mantém a possibilidade de sua exposição em uniformes.